

Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região

I Concurso Literário CREF 7 – 2009

Educação Física Escolar: antecedentes, desafios e perspectivas

Educação Física Escolar: antecedentes, desafios e perspectivas.

Pandora

No século XIX, a Educação Física esteve vinculada “às instituições militares e à classe médica”. (BRASIL, 1997, p.19). Seu escopo precípua era modificar os hábitos da população da época.

A classe médica apregoava um discurso higienista e, sob sua ótica, a Educação Física era um importante meio para tal desiderato.

Entretanto, os campos político e intelectual, sob o tacão do militarismo, visavam – em verdade – a eugenia dos brasileiros.

Tinha-se o receio de que negros escravos “desqualificassem” a “raça” branca. Deste modo, a educação sexual também se associou à Educação Física, com objetivo de “purificar” todos os brasileiros (Idem, 1997, p.19).

Esses objetivos torpes não lograram êxito em um primeiro momento por causa, dentre outros fatores, da própria elite brasileira que apesar de concordar com a ideologia vigente, não se submeteu às atividades físicas por associá-la aos trabalhos físicos (que eram tipicamente de escravos e homens pouco cultos).

“Qualquer ocupação que implicasse esforço físico era vista com maus olhos, considerada ‘menor’. Essa atitude dificultava que se tornasse obrigatória a prática de atividades físicas nas escolas”. (Ibidem, 1997, pp.19-20).

Com o advento do Positivismo, de Comte, inflamou-se o discurso das instituições militares que almejavam educar o físico das pessoas e torná-las mais saudáveis para que pudessem defender a pátria.

“A Educação Física, com sua função guerreira, sempre esteve presente na sociedade com fins de dominação e manutenção da hegemonia. É nos jogos que ela vai aparecer, simbolizando o combate com características de perseguição, ataque e defesa e de disputa.” (TOLKMITT, 1993, p.25).

Os discursos higienista e eugênicos perduraram por um bom período, porque as instituições militares, religiosas, educacionais e o Estado compartilhavam de seus pressupostos.

Foi no período tenso do século XIX que surgiu na história da motricidade humana, Rui Barbosa, considerado o paladino da Educação Física, por defendê-la e igualá-la às outras disciplinas de ensino. Embora houvesse ainda um choque de interesses vigentes. E, também, uma crise de identidade da Educação Física.

O século XX foi eivado de fatos históricos determinantes para a nova conformação da Educação Física. Um desses fatos relevantes foi a *Semana de Arte Moderna de São Paulo*.

(sic) “Mário de Andrade tinha por objetivo, a divulgação da cultura nacional por meio de sessões de música, artes plásticas, danças, jogos da cultura popular e tradicional, recreação e a prática da natação ministrada na piscina do Parque da Vila Romana na Lapa.

Para hercúlea tarefa, contratou como parte do quadro de funcionários dos Parques Infantis, nossos primeiros professores de Educação Physica provavelmente oriundos do Instituto Superior Isolado de Educação Physica de São Paulo (hoje Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo). Este serviço assim como tantos outros que Mário criou, foram pensados a partir da Semana de 1922 (movimento de vanguarda) que valorizava a cultura nacional rompendo a tradição francesa até então muito importante em São Paulo. Os Parques Infantis por várias questões foram fechados em pouco tempo deixando desamparada culturalmente a infância paulistana”. (ARANTES, 2008, s/p).

Nada obstante o esforço de Mário de Andrade e outros importantes pensadores da *Semana de Arte Moderna*, a Educação Física ainda continuava negligenciada e não havia adquirido o *status* a que fazia jus.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder houve uma “democratização” ao ensino.

(sic) “Os desfavorecidos deveriam cursar a escola técnica; os da elite seriam matriculados nas escolas propedêuticas, também conhecidas pelo ensino enciclopédico, com vistas às poucas universidades existentes. As aulas de Educação Physica ministradas nas escolas tiveram participação significativa para aumentar o espírito nacionalista”. (Idem, 2008, s/p).

Além do dever cívico que competia a Educação Física também realizar, o adestramento físico tinha por objetivo preparar a juventude para a defesa da nação.

No limiar do Estado Novo até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 ocorreram inúmeros debates sobre o modelo de educação que passaria a vigorar no Brasil.

A LDB de 1961 tornava obrigatória a Educação Física para os ensinos primário e médio. Se por um lado, houve uma maior aceitação da Educação Física nas escolas, por outro lado, houve uma esportivização da disciplina.

“O processo de esportivização da Educação Física escolar iniciou com a introdução do Método Desportivo Generalizado, que significou uma contraposição aos antigos métodos de ginástica tradicional e uma tentativa de incorporar esporte,

que já era uma instituição bastante independente, adequando-o a objetivos e práticas pedagógicas”. (Op.cit., 1997, p.22).

Já na década de 1970, sob a égide da ditadura e carregando o ranço do Positivismo, cujo lema figura em nossa bandeira “ordem e progresso”, a Educação Física adquiriu um aspecto tecnicista. Obedecia assim a ordem econômica vigente, cujo fim era a mão de obra qualificada.

Devido a falta de especificidade das leis vigentes, a Educação Física Escolar deu ênfase para a aptidão do aluno.

“Nesse período, o chamado ‘modelo piramidal’ norteou as diretrizes políticas para a Educação Física: a Educação Física escolar, a melhoria da aptidão física da população urbana e o empreendimento da iniciativa privada na organização desportiva para a comunidade comporiam o desporto de massa que se desenvolveria, tornando-se um desporto de elite, com a seleção de indivíduos aptos para competir dentro e fora do país”. (Op.cit., 1997, p.23).

Como o Brasil não logrou êxito em âmbito internacional, pois não foi uma potência olímpica; nem viu aumentado o número de praticantes de atividades físicas, os críticos começaram a questionar o papel da Educação Física. Instalou-se uma crise de identidade, que já vinha do próprio processo histórico de formação dessa ciência.

A partir disso, novas tendências da Educação Física começaram a surgir e houve um aumento das produções acadêmicas, dignificando-a mais ainda.

Somente a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 20 de dezembro de 1996 que a Educação Física, legalmente, começou a ser mais valorizada dentro do espaço escolar, visto que antes era costumeiramente aviltada e por muitos considerada “menos” importante, se comparada com outras disciplinas.

Mutatis mutandis, mesmo com o avanço da legislação, no Distrito Federal essa área do conhecimento não é oferecida para os estudantes das séries iniciais do ensino fundamental. Ao contrário, é ministrada por professores, que apesar de terem conhecimentos notáveis no campo pedagógico, não possuem habilitação mínima para ministrarem aulas acerca da motricidade humana.

Além de legitimar a sua relevância nesse momento de desenvolvimento infantil, faz-se mister que a Educação Física Escolar encontre meios de se firmar na conjuntura do Distrito Federal.

Não é sem motivo que o Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região apóia veementemente a proposta de Lei 473/2007, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do profissional de Educação Física no sistema de ensino do Distrito Federal.

A justificativa apresentada por Vossa Excelência exara que:

“Na forma da legislação em vigor, a disciplina de Educação Física na rede de ensino público do Distrito Federal pode ser ministrada, no ensino infantil e nos quatro primeiros anos do ensino fundamental, por qualquer docente, independentemente da sua formação profissional. É de fácil comprovação que o conhecimento específico da matéria, ausente nos docentes sem a formação superior em Educação Física, vem gerando verdadeiros analfabetos motores”. (CREF, 2009, p.2).

A percepção do deputado quanto a real situação da Educação Física Escolar no Distrito Federal foi constatada muito antes por outros pesquisadores da área e, somente agora, por meio de uma lei distrital tentar-se-á modificar o quadro existente na educação infantil do Distrito Federal.

Acertadamente o deputado justifica ainda:

“No que concerne à Educação Física, o correto ensinamento da disciplina nas séries iniciais importa o perfeito desenvolvimento cognitivo, físico, postural e motor do educando. A entrega desse ensino a profissionais inaptos constituiu-se desídia do Estado.

Oportuno lembrar que a iniciativa privada e alguns governos estaduais por todo o nosso país já assimilaram esse entendimento e somente admitem nas aulas de Educação Física profissional devidamente habilitado”. (Idem, 2009, p.2)

Dentro dessa ótica, a Educação Física do Distrito Federal apresenta como perspectiva uma luta política para sua afirmação enquanto disciplina relevante no processo educacional.

Não basta apenas a promulgação de uma lei para a mudança de uma situação que por todos já era apontada como equivocada. Após 10 anos da regularização da profissão, que ocorreu em 1998, é que as autoridades passam a olhar para essa questão nevrálgica.

A aprovação em da lei em si já seria um grande avanço, embora tenha sido proposta tardiamente.

A problemática maior será enriquecer o ensino superior com disciplinas que contemplem essa fase do desenvolvimento motor, visto que ainda é bastante

limitada tais disciplinas nas grades curriculares das Instituições de Ensino Superior. Faz-se mister (re) pensá-la; trata-se de uma mudança estrutural dos currículos.

Em um estudo realizado em Pelotas, no Rio Grande do Sul, os autores tiveram por objetivo analisar a preferência das atividades físicas e esportivas realizadas pelos jovens na fase da adolescência. E concluíram que:

“Atividades oferecidas nas academias, especialmente aulas de ginástica e musculação têm apresentado um aumento significativo entre as preferências dos jovens de hoje. Este interesse crescente por atividades ginásticas deve ser considerado em toda iniciativa que vise fomentar a prática de atividades físicas na adolescência. Além disso, estas mesmas atividades poderiam ser aproveitadas pela Educação Física escolar enquanto conteúdo nas aulas. Entretanto, os dados disponíveis na literatura não apontam para tal direção”. (AZEVEDO JUNIOR *et.al.*, 2006, p.57).

Essa curiosa constatação não é inédita no Distrito Federal, ao contrário, afeta-o profundamente. Embora, não seja mencionada pelos meios acadêmicos ou pelos meios de comunicação.

As autoridades competentes devem atentar para a situação das escolas particulares do Distrito Federal, mormente do ensino médio, que muitas vezes dispensam as aulas de Educação Física da grade curricular ou a relegam para as academias, que não têm compromisso com os múltiplos aspectos da Educação Física Escolar, especialmente o educacional.

“A Educação Física escolar pode sistematizar situações de ensino e aprendizagem que garantam aos alunos o acesso a conhecimentos práticos e conceituais. Para isso é necessário mudar a ênfase na aptidão física e no rendimento padronizado que caracterizava a Educação Física, para uma concepção mais abrangente, que contemple todas as dimensões envolvidas em cada prática corporal. É fundamental também que se faça uma clara distinção entre os objetivos da Educação Física escolar e os objetivos do esporte, da dança, da ginástica e da luta profissionais, pois, embora seja uma referência, o profissionalismo não pode ser a meta almejada pela escola”. (Op.cit., 1997, p.27).

Os desafios da Educação Física ainda são inúmeros, mormente no campo educacional.

Acreditamos que enquanto ciência sua relevância é inquestionável, porém, a sua aplicabilidade no contexto escolar ainda apresenta pontos que merecem meditação.

A começar pelo próprio comportamento docente, que muitas vezes vê sua disciplina ser suplantada pelas demais existentes no contexto escolar. Seu comportamento tímido faz com que a Educação Física, enquanto área do conhecimento, permaneça com a estigma de disciplina “menor”.

Não queremos depositar toda a responsabilidade nos ombros dos professores, entretanto, repensar a conduta profissional e, sobretudo, a própria formação acadêmica são relevantes para uma mudança de paradigma.

Outra questão não menos importante é a esportivização da Educação Física. O esporte é um dos conteúdos da Educação Física, mas não a disciplina em si mesma. Entretanto, há confusão e controvérsias a respeito. O que nos leva a crer em um crescente desinteresse dos jovens e um questionamento do por que da Educação Física.

“O desinteresse pela educação física escolar não é um fato recente, pois foi algo construído historicamente com o decorrer do processo de escolarização. E apesar de a educação física buscar a qualificação dos docentes e diversificar suas propostas pedagógicas, muitos profissionais ainda não conseguem construir um significado para a educação física escolar. Diversos fatores são destacados como ‘desmotivantes’ da prática da educação física, entre eles: a metodologia de ensino, conteúdos, relacionamento professor-aluno, além de outros, que ocorrem com menos frequência, mas que também são fatores importantes”. (ALVES; PICH, s/d, p.2).

Desconstruir essa condição da Educação Física é uma tarefa difícil, mas não impossível. Porque é uma ciência que contempla inúmeros conhecimentos produzidos e usufruídos pela sociedade acerca do corpo e do movimento.

É do conhecimento de boa parte dos professores que a Educação Física escolar favorece a autonomia dos alunos e por isso mesma deve ser ministrada com a co-participação deles. Devem-se traçar metas, conhecer as potencialidades e as limitações, enfim, uma plêiade de fatores que podem contribuir para torná-la mais agradável no sistema de ensino.

A partir desse panorama, surgiram inúmeras tendências para a Educação Física Escolar com o intuito de modificar esse quadro vigente, dentre elas destacamos: Desenvolvimentista, Interacionista-Constructivista, Crítico-superadora, Crítico-emancipatória.

A tendência desenvolvimentista visa os processos de aprendizagem e desenvolvimento motor. Seu

“(...) objetivo principal é buscar nos processos de crescimento, de desenvolvimento e aprendizagem motora do ser humano sua fundamentação. (Tani et.al., 1988, p.1).

A partir dessa lógica, essa tendência compreende que o crescimento do ser humano é a base para o seu comportamento, que se processa a partir do meio com o qual se interage.

A tendência interacionista-construtivista estabelece que mente e corpo não podem se separar. Parte, pois, da concepção de que “não só a mente, mas o corpo também seja matriculado na escola”. (FREIRE, 1994, p.4).

Essa corrente do pensamento preconiza o jogo, o lúdico, o brincar como meios precípuos para se atingir o verdadeiro objetivo da educação física. Não se olvidam os saberes da criança, ao contrário, utiliza-os como forma de interação com o meio e com as pessoas.

A tendência crítico-superadora foi a primeira a trazer para a área de conhecimento da educação física a problemática das classes. Houve uma dicotomia entre a classe dominante e a trabalhadora.

Deste modo, a proposta maior é a superação do *status quo* vigente. Não mais se ignoram os jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, malabarismos, entre outros, mas dão-lhes sentido.

Tenta-se depreender o que cada movimento pode significar e modificar na vida do trabalhador, do jovem, da criança.

Para tal desiderato, leva-se em conta a proposta político-pedagógica da escola. Não mais a encarando como uma normatização legal, mas como uma proposta que tem um fim político e pedagógico relevantes para a mudança de paradigma. Outra noção importante dessa tendência diz respeito a cultura corporal que é entendida como:

“(...) acervo de formas de representação do mundo que o ser humano tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros que podem ser identificados como formas de representação simbólica de

realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas”. (Coletivo de Autores, 1992, p. 38).

Assim o movimento ganha uma significação especial e não é feito de forma acrítica, mas com um objetivo maior.

Por fim, a tendência crítico-emancipatória que propõe o esporte como ferramenta primordial. Mas não utilizado de uma forma acrítica, mas como um meio para um fim de emancipação do sujeito.

Deste modo, a emancipação é entendida como o

“(…) processo de libertar o jovem das condições que limitam o uso da razão crítica e com isso todo o seu agir social, cultural, esportivo, que se desenvolve pela educação”. (KUNZ, 2001, p. 33).

Essa tendência tem bases marxistas, da escola de Frankfurt, e visa a resolução de problemas propiciados pelo esporte como uma ferramenta de emancipação do sujeito.

Diante dessa plêiade de tendências e desafios, vemos que a Educação Física tem um grande desafio para o futuro.

Porém, faz-se mister que nós, professores, vejamos o futuro com otimismo e com disposição para as mudanças que se fazem necessárias. Sob a égide de um Conselho Federal fortalecido e flexível para as novas mudanças e com uma pesquisa acadêmica impactante das nossas universidades que se dedicam ao estudo dessa notável ciência, temos tudo para dar um novo aspecto para a Educação Física Escolar.

Bibliografia

ALVES, Janaina Carvalho. PICH, Santiago. *O Desinteresse pela Educação Física Escolar e a Postura do Educador Físico*. Disponível em <http://www.unesporte.org.br/forum2007/apresentacao_oral/12_janaina_carvalho_alves.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2009.

ARANTES, Ana Cristina. *A História da Educação Física Escolar no Brasil*. Lecturas Educación Física y Deportes, Buenos Aires, ano 13, número 124, p. 1/1. Disponível em < <http://www.efdeportes.com/efd124/a-historia-da-educacao-fisica-escolar-no-brasil.htm>>. Acesso em 10 de agosto de 2009.

AZEVEDO JUNIOR, Mario Renato de. ARAÚJO, Cora Luiza Pavin. PEREIRA, Flávio Medeiros. *Atividades físicas e esportivas na adolescência: mudanças de preferências ao longo das últimas décadas*. Disponível em <http://www.usp.br/eef/rbefe/v20n12006/v20n1_p51.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino da Educação Física*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. *PL 473/2007*. Disponível em <[HTTP://www.cref7.org.br](http://www.cref7.org.br)>. Acesso em 10 de agosto de 2009.

FREIRE, João. *Educação de Corpo Inteiro. Teoria e Prática da Educação Física*. 4.ed. Campinas: Scipione, 1994.

KUNZ, Elenor. *Transformação Didático-Pedagógica do Esporte*. 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2001.

TANI, Go. et.al. *Educação Física Escolar: Fundamentos de uma Abordagem Desenvolvimentista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

TOLKMITT, Valda Marcelino. *Educação Física, uma produção cultural: do processo de humanização à robotização*. Curitiba: Módulo, 1993.